

Nova etapa da
Transformação do Estado

REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

BRASIL MAIS FORTE: Governo Eficiente, País Justo

Desde janeiro de 2023 está em curso um processo de **Transformação do Estado**

Objetivo é fortalecer capacidades para construir um **Estado soberano, democrático, eficiente, verde, inclusivo e digital**

Transformação do Estado está ancorada nos eixos de **gestão de pessoas, transformação digital e organizações**

Transformação está sendo feita por **medidas incrementais e infraconstitucionais**

Pablo Le Roy/MCom



TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

Etapas já concluídas na gestão de pessoas:

- ▶ Reestruturação da Esplanada (incluindo a própria criação do MGI)
- ▶ Retomada do diálogo com servidores: Mesa Nacional de Negociação Permanente reativada em 2023
- ▶ Reforço da capacidade dos órgão com a autorização de concursos para 11.440 vagas efetivas, e 10.781 vagas temporárias, nos anos de 2023 e 2024
- ▶ Nova lei de Concursos e realização do CPNU para 6.640 vagas
- ▶ Transformação de cargos (primeira etapa: 13, 3 mil cargos obsoletos em 8,9 mil novos cargos em 2023)
- ▶ Avaliação de desempenho: reformulação do Programa de Gestão de Desempenho (PGD)

Nova etapa **TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO**

- ▶ Transformação de **14.989 cargos obsoletos** em cargos compatíveis com as necessidades de um setor público moderno **(sem impacto orçamentário)**
- ▶ Reestruturação, a médio prazo, de **25,7 mil cargos na educação** para atender aos atuais e novos Institutos Federais
- ▶ Transformação de cargos para **criação de novas carreiras transversais** nas áreas de **defesa, justiça e segurança e de desenvolvimento socioeconômico**
- ▶ Reforço dos instrumentos para **avaliação de desempenho** e progressão nas carreiras
- ▶ **Fortalecimento do diálogo** com as categorias do funcionalismo público federal
- ▶ **Alongamento das carreiras** (percentual de carreiras com 20 níveis passa de 30% para 86% do total)
- ▶ Negociações dentro do espaço fiscal previsto pelo regime fiscal sustentável:
 - ▶ **Gasto com pessoal fica estável em 2,58% do PIB**
 - ▶ **Variação da despesa dentro dos limites do arcabouço**



PRINCIPAIS MEDIDAS DA MP

- 1 Transformação de cargos vagos e obsoletos em cargos novos
- 2 Ampliação e Reformulação de cargos na educação (foco na expansão dos Institutos Federais)
- 3 Criação de duas novas carreiras transversais
- 4 Regras de avaliação de desempenho, progressão e promoção
- 5 Reestruturação de carreiras e cargos

TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS

- Transformação de **14.989** cargos vagos e obsoletos em **15.670** cargos novos, mais alinhados às necessidades atuais e futuras da administração pública, sem impacto orçamentário

| Carreira | Vagas |
|---|---------------|
| Analista de Tecnologia da Informação | 450 |
| Analista de infraestrutura | 150 |
| Analista Técnico-Administrativo | 500 |
| Diplomacia | 155 |
| Ministério do Turismo | 30 |
| Políticas de Justiça e Defesa | 750 |
| Desenvolvimento socioeconômico | 750 |
| Funções e cargos comissionados | 1.955 |
| Educação - funções comissionadas | 10.930 |

REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS NA EDUCAÇÃO

Reestruturação total de cargos na educação a médio prazo: 25.666

Reestruturação de cargos do Plano de Carreira dos Cargos

Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), que se encontram com provimento vedado, em 2 novos cargos no PCCTAE, como foco nos novos 100 Institutos Federais de Educação, sendo:

- ▶ 6.060 cargos de Analista em Educação; e
- ▶ 4.040 cargos de Técnico em Educação

Autorização para transformação futura dos cargos com provimento vedado que se encontram ocupados, quando vierem a vagar, em outros 9.340 cargos de Analista em Educação e 6.226 cargos de Técnico em Educação

NOVOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO

Novos instrumentos permitirão avanço na avaliação de desempenho dos servidores, já reforçada pela reformulação do Programa de Gestão de Desempenho (PGD)

Aprimoramento do Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec) para garantir sua efetiva implementação, contemplando:

- ▶ Mecanismo de promoção mais dinâmico, com critérios objetivos, conforme cada carreira
- ▶ Servidores passam a ser avaliados ao longo de toda sua vida funcional (mesmo no topo)
- ▶ Tempo não será mais o único critério para progressão e promoção

criação de duas novas carreiras transversais

Duas novas carreiras transversais a partir da transformação de cargos vagos e obsoletos, sem impacto orçamentário:

- ▶ **Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa**
- ▶ **Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico**

750 cargos cada, com remuneração entre R\$ 9.711,00 (inicial) a R\$ 21.070,00 (final)

As carreiras se **somam a quatro carreiras transversais já existentes** sob supervisão no MGI na área de infraestrutura, políticas sociais, tecnologia da informação e gestão governamental



DIÁLOGO COM SERVIDORES

- ▶ Reativação da Mesa Nacional de Negociação permanente (MNNP) em 2023, após 7 anos sem diálogo
- ▶ Nenhuma categoria civil teve correção dos salários entre jan/2019 e abril/2023
- ▶ Em 2023 e 2024: 9% de reajuste linear para todos, 118% de aumento no auxílio-alimentação; 51% de reajuste no auxílio-creche; reajuste no auxílio-saúde
- ▶ 51 acordos fechados entre 2023 e 2024, abrangendo 100% dos servidores ativos, aposentados e pensionistas



REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

- ▶ MP incorpora 38 Termos de Acordos
- ▶ Reajustes em duas etapas: janeiro/2025 e abril/2026
- ▶ Reajuste de 2025 será pago retroativamente após aprovação da LOA
- ▶ Reajuste médio acumulado de 27% entre 2023 e 2026 (inclui os 9% de 2023)
- ▶ Impacto primário de R\$ 16,2 bilhões em 2025 (**já previstos no PLOA**) e R\$ 8 bilhões em 2026 (valores consideram cargos efetivos e comissionados, funções e gratificações)
- ▶ Reajustes compatíveis com o ritmo de crescimento do PIB e os limites do regime fiscal sustentável

REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

Ajustar valores dos níveis de alta liderança ao conjunto de suas responsabilidades.

Vale destacar que os servidores públicos, quando ocupam esses cargos, recebem 60% do valor estabelecido, respeitando sempre o teto constitucional.

Como está: um secretário-executivo de ministério e o presidente do Banco Central recebem 42,92% da remuneração de ministro de Estado.

Como fica: em 2026, a correlação em relação à remuneração de ministro de Estado:

- ▶ secretário-executivo e presidente do Banco Central: 68,84%;
- ▶ secretário nacional: 60,27%;
- ▶ diretor: 43,84%;
- ▶ coordenador-geral: 31,10%.

REAJUSTE E REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS

Custo de pessoal se mantém estável em % do PIB mesmo após reajustes, reforçando compromisso com a responsabilidade fiscal

